

A FILOSOFIA E A SUBJETIVIDADE HUMANA: AS VICISSITUDES DA ENUNCIÇÃO

Hermano de França RODRIGUES¹

RESUMO

A enunciação encena os dramas, as comédias e as tragédias perpetrados pelo homem. É um sistema que oferece aos usuários uma gama de possibilidades performáticas infinitas. Nele, o sujeito compartilha com o outro seu espaço, interage com discursos diversos, apossa-se de dizeres (diante dos quais se posiciona ou é posicionado) para a elaboração de seu texto. Na condição de maquinário social, o evento enunciativo obedece a princípios externos que atuam como agentes repressores, censurando, em nome de uma ética ideal, gestos, posturas, atitudes concebidos pela sociedade como inadequados. A cada nova configuração social, a cada novo tempo que nos cinge e nos atravessa, a cada novo espaço que se irrompe, diferentes expedientes de opressão e refreamento são criados em prol, segundo Darwin, da permanência da espécie. Alguns, considerados necessários e “isentos” de provocar-nos constrangimentos, manifestam-se claramente; outros, não menos eficientes, às vezes até mais coibitivos, são veiculados tacitamente, nas subjacências do dizer. A linguagem, na condição de filtro social, intermedeia o processo. E a enunciação, enquanto fenômeno que vislumbra as relações entre os homens, põe em evidência as peças e os movimentos desse fenômeno.

Palavras-Chave: enunciação – subjetividade – filosofia

ABSTRACT

Enunciation performs the dramas, comedies and tragedies practiced by man. It is a system that offers a range of infinite performing possibilities for users. In it, the subject shares his space with the other, interacts with several speeches, takes others' discourses (before which he both positions himself and gets positioned) as his own, for the preparation of his text. As social machinery, the enunciating event obeys external principles which function as repressive agents – by censoring, on behalf of an ideal ethics, gestures, postures, attitudes, conceived by society as inadequate. Every new social configuration, every new time that affects and crosses us, each new space that breaks out, different expedients of oppression and restraint are created in favor, according to Darwin, of the permanence of species. Some considered necessary and "free" from causing us embarrassment, clearly manifest themselves; others, no less efficient, sometimes even more intimidating, are tacitly conveyed in a mode of underlying saying. Language, as a social filter, mediates the process. And enunciation as a phenomenon that glimpses for the relations among men, highlights the pieces and movements of this phenomenon.

Keywords: enunciation – subjectivity – philosophy

A biografia de todo e qualquer ser humano é determinada pela natureza dos múltiplos vínculos, associações e restrições que estabelece com o meio físico e, sobretudo, com os outros indivíduos com os quais, num processo de autorreconhecimento, identifica-se, distingue-se, ou mesmo, anula-se. É impossível

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da UFPB.

pensar o homem fora do universo relacional a que está naturalmente submetido. Os “incidentes” que norteiam sua história o acompanham desde o *locus* uterino e se intensificam impetuosamente após o nascimento. Bem ou mal, as incursões da vida, sejam de ordem física, psicológica ou social, desencadeiam-se no momento em que o sujeito adentra no mundo e o modifica, inconscientemente ou não, conforme o desenvolvimento de suas experiências. Estas, mediadas e fomentadas por um sistema quase instintivo de recompensas e castigos, exercem papel primordial na instrução daquele que necessita submeter-se a uma série de controles externos e internos a fim de tornar-se membro de uma dada sociedade. Nascemos na forma de organismos e, a cada contato estabelecido, assumimos papéis distintos, construímos as mais diversas máscaras e desempenhamos os mais estranhos e aceitáveis comportamentos. A ação de reciprocidade com o mundo é marcada pelo embate dialético entre coletividade e individualidade. Embora a sociabilidade humana deixe entrever, à primeira vista, o confronto entre pessoas, classes, comunidades, faz supor também uma postura de autorregulamentação do *eu* com si próprio. Evidentemente, construímo-nos numa órbita especular onde o *alter* e o *ego* se chocam, se cruzam e, finalmente, se percebem, próximos ou distantes, em seus interstícios. Não devemos esquecer, porém, que essa relação ocorre *a posteriori*, ou seja, a existência de um ente precede sua relação com o outro.

Esteja na infância ou na idade adulta, o homem vivencia uma sucessão de situações que o habilitam a apreender e compreender os fenômenos, os elementos e os acontecimentos que o circundam. São experiências que delineiam suas ações enquanto agente construtor e modificador de um universo, geograficamente diluído na subjetividade do *eu* e inteligível pela intervenção do outro, onde promove, transforma e mantém o processo de coexistência. Na condição de *homo faber*, encontra-se conscrito a um mecanismo de sobrevivência cujo funcionamento obedece à movimentação e articulação de engrenagens naturais e fabricadas. Biologicamente, podemos assegurar que um repertório de informações e conhecimentos lhe é ofertado por intermédio de suas “ferramentas” perceptivas. Seu corpo, em determinadas circunstâncias, experimenta sensações de fome e sede. É capaz de diferenciar uma superfície lisa de uma enrugada e ouvir os mais distintos sons que são produzidos a sua volta. Trazer consigo o signo da humanidade implica, para o indivíduo, estar adstrito, entre outras coisas, ao calor e ao frio, à luz e à escuridão, a ser picado por uma abelha ou acariciado por um animal de estimação. Em outros termos, a inserção do homem no mundo representa o deslocamento deste para uma realidade que se apresenta como uma fonte inexaurível de experiências, aparentemente simples, mas intrinsecamente abstrusas.

Sofrer as inconstâncias da natureza e lutar pelo provimento das necessidades corporais podem denotar, a depender do caso, práticas genuinamente naturais ou atividades legalmente instituídas pela força dos homens. Certamente, a estrutura cognitiva da criança ainda não permite que esta estabeleça uma distinção entre componentes sociais e não-sociais de suas interlocuções. Para ela, o singelo gesto de “adesão” ao sono pode significar apenas uma resposta do corpo diante do esforço despendido durante um dia de exercícios e brincadeiras. É sabido que, concebido dentro de uma esfera institucional, como a família, por exemplo, o ato de adormecer pressupõe um intrincado jogo de interesses. Irrompe-se como resultado da assimilação de um programa comportamental de bases autenticamente culturais, arquitetado em benefício de pseudo-indigências e, por isso, visto como procedimento extremamente indispensável para os que dele fazem uso. Em nossa sociedade, é comum os pais determinarem o horário em que as crianças devem dirigir-se aos leitos, mesmo que não estejam fisicamente fatigadas. Ainda se considerássemos o cansaço corporal advindo da

carga de exercícios realizados, teríamos que admitir a existência de um fazer social promotor desse estado de enfastia. Obviamente, algum agente foi o responsável pelo estabelecimento das tarefas. Talvez outros delas participaram, comprometendo desde a duração da performance ao grau de envolvimento dos executores. Possivelmente, outros somente observaram-nas a fim de verificar se as ações prescritas seriam realmente efetuadas. Convém não deixar de assinalar que o caráter social não se restringe a este ou aquele ato considerado biológico. Perpassa, na verdade, grande parte das atividades diretamente ligadas à fisiologia do corpo, modificando-as ou sustentando-as. O incontestável, nesse caso, é a sociabilidade inerente à condição humana.

O mundo não existe enquanto categoria imperceptível, ou seja, anterior ao agir e pensar daqueles que o habitam. Sua materialidade, simbolicamente construída, gira em torno do eixo da subjetividade na medida em que realidades se sobrepõem, consciências se diluem, sociedades tornam-se singulares e um único indivíduo transforma-se em muitos. Estamos fadados ao convívio e interação perpétuos. Desde o princípio da vida, desenvolvemos um processo de socialização com o nosso corpo, com o espaço físico e, de uma forma mais latente, com outros seres humanos. Habitamos um mundo erigido a partir de um olhar coletivo através do qual descobrimos quem somos e quem são os que nos rodeiam. Atribuímos, inclusive, uma importância maior a alguns elementos e eximimo-nos de contatos que acreditamos ser insatisfatórios. Isso nos autoriza dizer que a história do homem é o resultado de suas relações com os microcosmos nos quais sua consciência é dissolvida. Só a partir de então, ao se decompor nas várias esferas experienciais, consegue atingir um macrocosmo de dimensões infinitamente maiores. Essas reflexões ecoam no testemunho de Berger e Berger quando estes assim se posicionam:

Quase todas as facetas do mundo [do homem] estão ligadas a outros seres humanos. Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência. São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências. É só através desses padrões que o organismo consegue estabelecer relações estáveis com o mundo exterior – e não apenas com o mundo social, mas também da ambiência física. (1975, p.49)

Tudo o que conseguimos saber sobre o mundo é puro fenômeno psicossocial, ou seja, aparência, ilusão, representação. A apreensão e compreensão de qualquer comportamento, humano ou natural, são sempre condicionadas ou, melhor, determinadas pelos esquemas socialmente edificados na mente do sujeito cognoscitivo. Até as categorias espaciais e temporais, por meio das quais o homem percebe e concebe as realidades a sua volta, são meras convicções subjetivas e, portanto, ausentes no plano objetivo. Se é que podemos assegurar o estabelecimento de um nível contornado pela objetividade, no paradigma da criação humana. O certo é que não conhecemos o sol, o mar, a satisfação, a felicidade, mas possuímos estruturas mentais, contornadas pelas leis externas, capazes de substancializar tanto os movimentos impetuosos da alma, quanto reconstituir, imageticamente, a matéria fundante da realidade.

A compreensão humana é uma grandeza legada pelo diálogo. Não importa o tipo, a intensidade ou a durabilidade do processo interacional, a apropriação do conhecimento se efetiva sempre a partir do momento em que o indivíduo converte, quando em confronto com o outro, a natureza (subjetiva ou exterior) em dados coadunáveis às expectativas que o tempo e o espaço lhe impõem. A atividade de transformar significativamente os eventos e os instrumentos fixados em seu campo de experimentação constitui o caráter diferencial entre o homem e o animal. Este, embora detentor de um prodigioso esquema comunicativo, não consegue objetivar realidades

que fogem à ordem de suas relações congênitas. Mesmo as espécies organicamente “sociais” prostram-se diante da representatividade do mundo. No homem, ao contrário, subsiste um conjunto de forças ontológicas que favorecem a reorganização simbólica dos acontecimentos por ele vivenciados ou fabricados. É ele que institui, inventa e reelabora os índices conceptuais constituintes de seu “repertório” discursivo.

Por conhecerem o diálogo (aqui, referimo-nos ao mecanismo de reciprocidade interlocutiva e não ao simples revezamento vocal entre sujeitos), os entes humanos promovem a criação, a substituição e a adaptação de experiências. É verdade que esse processo desenvolve-se paralela e sincronicamente às categorias psíquicas cujo revestimento social impõe um controle responsivo e, às vezes, desautomatizado à cognição e percepção – instâncias estruturalmente acopladas à linguagem. As emoções, a faculdade de observação e o pensamento jamais poderiam constituir-se dissociados dos atos linguageiros e, estes, por conseguinte, não surgiriam, no decorrer do desenvolvimento do homem, sem a contribuição formativa das interações sociais. Convém, nesse momento, introduzirmos a fala apaziguadora de Vygotski. O autor, assim, se expressa quando se posiciona acerca da relação entre a sociedade e o desenvolvimento do psiquismo humano:

Poderíamos dizer [...] que todas as funções superiores não são produto da biologia, nem da história da filogênese pura, mas sim que o próprio mecanismo que subjaz às funções psíquicas superiores é uma cópia do social. Todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade (1995, p. 150)

A filosofia nos oferece fecundas reflexões sobre o lugar e a ação do homem no recinto que ele mesmo convencionou chamar de mundo. Schopenhauer, pensador do século XIX, defende categoricamente que nenhuma verdade é mais certa e menos necessitada de uma prova do que esta: é o ser, ao confrontar-se com a atmosfera paradoxalmente abstrata da materialidade das coisas, modifica-a e, com isso, torna-a inteligível e significativa. Diante disso, o conhecimento – o mundo inteiro – é somente objeto em relação ao sujeito, percepção de quem percebe, (re)construção intuitiva do (re)criador. Todos os elementos, definidos por seu ato de conceber, mesmo que pareçam estáveis, reais e independentes, constituem uma totalidade de representações pessoais. Nesse âmbito, a incognoscibilidade do mundo sustenta-se com base no princípio de que todo conhecimento consiste em uma (re)significação dos fatos captados pela mente do indivíduo. Trazendo a voz do célebre cientista, conseguimos fornecer uma base sólida para as ponderações acima delineadas: “Tudo quanto pertence e pode pertencer ao mundo tem inevitavelmente como condição o sujeito e existe somente para o sujeito. O mundo é representação”. (2005, p. 373)

Entretanto, para o intelectual alemão, existe apenas um objeto, no universo inteiro, que se mantém imune aos efeitos da subjetividade cognitiva, gozando plenamente de sua objetivação e realidade efetiva – o nosso corpo. Não o visualizamos como uma entidade exterior ao ser, não o percebemos como uma representação fenomênica e a intervenção dos sentidos não nos dá permissão para aprisioná-lo como algo cuja substância se manifeste de maneira volátil. O homem, cômico de si mesmo, apodera-se dele (o corpo) internamente. Reconhecer-se como sujeito, provido de uma essência que o caracteriza como criatura vivente, constitui, de fato, o único saber verdadeiro, necessário e objetivo sobre o universo. É a partir da reflexão sobre nossa conformação e materialidade corporal que se logra o testemunho do nosso espírito, aprovando ou reprovando os nossos atos.

Embora Schopenhauer reserve, em seus estudos, um lugar de destaque para a concepção de sujeito psicologicamente transformador, as configurações históricas que o envolveram arrebatarem, chegando mesmo a anular, a entrada do componente social em suas observações. Suas reflexões deram origem a um homem cuja operacionalização cognitiva o faz imergir numa individualidade que afasta, bruscamente, o próprio criador do mundo erguido por seus olhos. Pautado num cognitivismo unilateral, acreditava que os esquemas mentais se comportavam como instâncias isoladas, modelos consubstanciados a partir de uma coleta exterior e anexados, gradativamente, à faculdade humana. Em nenhum momento vislumbrou a relação entre cognição e sociedade, forjando um psiquismo que arremessa o homem num ostracismo onde os elementos externos, embora existencialmente subordinados a sua intuição, conservam-se distantes e íncios de provocar-lhe alguma transformação. Quando determinava que o mundo era uma *representação*, utilizava o termo por oposição ao conceito de *objetivação*. Para ele, toda imagem, por mais verossímil que pareça, é sempre um espectro ilusório e subjetivo. Remete ao mundo, mas, concomitantemente, oculta, mascara e encobre o verdadeiro sentido das coisas.

Alimentando a teoria sensista do século XVIII, Condillac, típico representante da cultura iluminista, desenvolve um estudo sobre a natureza do processo perceptivo, considerando-o como produto da dinamicidade do homem, o que se mostrou bastante inovador para a época. O notório pensador, recorrendo à metáfora da estátua, interroga-se sobre quais mecanismos seriam mobilizados pela escultura de pedra ao assumir uma posição de objeto dinâmico (fisicamente ativo) e detendo, unicamente, o sentido do tato.

Enquanto esteve clivada pela impossibilidade de locomover-se ou executar qualquer ato ou gesto, a estátua afigurou-se como entidade inabilitada a desenvolver uma idéia, por mais rudimentar que seja, a respeito de resistência. Nesse estado, limitou-se a sofrer os efeitos das leis naturais que presidem a existência das coisas e a sucessão dos seres. Sem deslocar-se, permaneceu presa a um *topos* espacial uniforme e estagnador. Privada do contato com o mundo, “proibida” de tocá-lo, fora conduzida a um estado de imobilidade que a impediu de alcançá-lo e, dessa forma, conhecê-lo.

A partir do momento que é atribuída à estrutura de pedra a aptidão dos movimentos e o sentido do tato, ela envereda no mundo dos acontecimentos e passa a recolher os objetos com os quais se defronta. Através das impressões tácteis de seu corpo, experimenta então a resistência e a solidez das coisas. A vivência da sensibilidade a converte num ser capaz de distinguir os elementos, de identificá-los em sua forma e substância. Saindo do invólucro a que fora condicionada, consegue, agora, encontrar-se diante de superfícies rígidas, maleáveis, ásperas, ou seja, deixa-se enleiar por todas aquelas sensações de que o caráter táctil a torna merecedora. Em conseqüência, sente o seu espaço e chega ao conhecimento de si pela ação de suas mãos sobre sua estrutura física. Diferencia as coisas que, por serem dotadas de extensão, lhe são representadas como situadas necessariamente em lugares diversos. Ou seja, se considerarmos dois objetos sólidos, a existência de ambos só pode ser determinada na medida em que cada um exclui, pelas diferenças que conservam, o outro do lugar que ocupa.

Com base nesse parâmetro, a mobilidade de seus membros e o caráter sensorial destes seriam suficientes para construir-lhe uma representação dos corpos e sua colocação no ambiente. Quanto mais a estátua estabelece relações perceptivas, de tipos e graus distintos, inserindo-se num universo cada vez maior de sensações e apropriações, sua compreensão sobre si mesma e sobre os outros, amplia-se consideravelmente. Apoiando-se em juízos construídos pelo exímio filósofo, temos:

[...] para atribuir aos modos de ser o caráter de corpo, basta que órgãos móveis e flexíveis acrescentem a cada um deles resistência e solidez. Para essa finalidade serve principalmente a mão: tocando, ela tem uma sensação de solidez que abarca todas as outras sensações por ela experimentadas, colocando-as dentro de certos limites, medindo-as e circunscrevendo-as. A partir dessa sensação a estátua percebe o próprio corpo, os objetos e o espaço. (2005, p.319)

Influenciada apenas pelas percepções decorrentes da sensibilidade de seus dedos, a figura de pedra detém a habilidade de enxergar a diferença entre si mesma e o mundo. Tão logo percorra todas as dimensões de sua estrutura, reconhecendo-as em sua totalidade, o *ser sensiente* dentro dela assegura-lhe a consciência de si, porquanto não se confunde com as sensações coletadas através do contato com outros corpos. O sentido de si dá origem ao sentido do mundo e ambos engendram e corporificam o conhecimento individual. Quando as várias sensações distintas e coexistentes estão circunscritas no terreno onde a imagem de si espelha o eu, a estátua torna-se uma entidade aparentemente una. Por outro lado, quando as modificações perceptivas, também diferentes e coabitantes, presentificam-se no território em que o eu se mostra dissidente em relação a si mesmo, ela consegue, por um processo de analogia, construir a idéia de uma matéria adversa àquela que a constitui. A partir desses deslocamentos, um mundo dinâmico e diversificado começa, então, a expandir-se. Inversamente, as coisas passam a ocupar um espaço cada vez mais reduzido. A estaticidade espacial dos objetos torna indispensável a locomoção gradativa do sujeito que necessita, agora, ultrapassar as fronteiras do conhecido para a aquisição de novos saberes.

O conhecimento, para os adeptos da doutrina sensista, restringe-se ao sentir e às operações de transformação executadas pela mente sobre aquilo que é experienciado pela percepção. As faculdades humanas, como a inteligência e a memória, surgem, nessa conduta filosófica, como mecanismos provenientes da sensação. Nada existe no espírito humano senão as percepções que recebe do exterior a cada momento. Essa apreciação, extremamente materialista e voltada para os sentidos, impinge uma grande interrogação aos estudos de Condillac. O iluminista francês comete uma imprecisão de percurso ao considerar a consciência enquanto produto do saber sensorial, ignorando o fato de que é a mente a organizadora da percepção humana, e não o contrário. Os objetos significam porque os esquemas mentais, perpassados por saberes culturais, revestem-nos de substância conceitual, dando-lhes a forma condizente à realidade vivida pelo sujeito. A *lisura*, por exemplo, pode ser uma propriedade natural a este ou àquele objeto, contudo a significação vinculada a tal caráter mostra-se dependente das vivências e impressões históricas do indivíduo, de suas relações com o mundo.

O trajeto que devemos seguir, embora algumas paisagens nos desviem a atenção, é o da constituição do ser a partir de seu envolvimento nas micro e macro esferas que perpassam sua existência. É, pois, factível que a formação antropológica do indivíduo inicia-se no momento de sua inclusão ativa nas entidades denominadas institucionais. Estas correspondem a sistemas coercitivos, cravados pela história e fincados no terreno das práticas culturais, cujos princípios constitutivos invocam o direito à autoridade moral. Muitos sociólogos elevam a família à categoria de primeiro núcleo socialmente organizado a circunscrever a existência do homem. Os estudiosos do fenômeno social vão ainda mais além ao atribuírem a esta um lugar de destaque em relação às outras instituições. Sem querer subtrair-lhe a importância merecida, somos, aqui, obrigados a removê-la desse patamar. É inegável que, ao nascer, a criança é introduzida no seio familiar cujas configurações dependem dos mais diversos fatores. Nele, passa a assumir, dentre outras funções, o papel social decorrente da condição filial, subordinando-se às normas que tal posto exige. Todavia, os acontecimentos não

se desencadeiam com essa simplicidade e naturalidade. Não podemos esquecer que, nos primeiros anos de vida, a criança mantém-se alheia a esse fato, o que não a impede, por sua vez, de estabelecer relações relevantes com seus pais, irmãos, tios, primos e com outros entes consangüíneos que possam estar presentes nessa fase da vida. Só, posteriormente, quando adquire um certo nível de desenvolvimento cognitivo, toma conhecimento de seu engajamento num organismo denominado família. Percebe, ainda, que as relações de parentesco são moldadas segundo um modelo de conduta pré-estabelecido.

A mera constatação de que a criança, no estágio inicial de sua vivência, mesmo desprovida da compreensão do lugar social que ocupa, desenvolve mecanismos interacionais de reconhecimento da realidade que a cerca, já antever a existência e o funcionamento de uma estrutura institucional primária e fundamental, qual seja a linguagem. Desde muito cedo, podemos dizer até mesmo nos primórdios da vida intra-uterina, as coerções linguageiras se mostram presentes, envolvendo mãe e filho numa completa simbiose comunicativa, peculiar desse estágio desenvolvimental. Qualquer agressão externa que a gestante venha a sofrer, o ser em suas entranhas também será diretamente afetado. Ele constitui uma extensão do corpo materno e, portanto, sensível a uma gama de estímulos sensoriais e emocionais que marca a interação psíquica entre a dupla. Protegido pelas camadas abdominais, mas não incomunicável, o feto cria um conjunto de códigos e subcódigos que o conecta aos pensamentos e sentimentos da mãe. Pode ver, entender, tocar, degustar e mesmo, a um nível muito primitivo, aprender. O mundo do homem, no ambiente *in útero*, é aquele construído através das percepções de sua genitora. Sensações que deixam de pertencer exclusivamente a ela para servir de canal por onde uma exterioridade, mediada pelas vicissitudes da linguagem, pode ser intuída, registrada, construída.

Envolto pelos sentidos da comunicação, o homem apreende o que lhe é exterior, re(significa) os fenômenos que o envolvem e desvenda os mistérios de sua alma. Se recuperarmos os princípios do criacionismo religioso, defrontaremos com um universo cujos alicerces são constituídos por atos de linguagem. No mito cristão, Deus cria o mundo e os seres que o habitam usando a *palavra*. Ao enunciá-la, edifica, do nada, de uma dimensão amorfa, um *cosmos* onde as coisas passam a existir no momento que são revestidas por nomeações que as identificam e as particularizam. Adão e Eva, provavelmente, foram os responsáveis por tornarem possíveis as primígenas grandes façanhas efetivadas pelo Criador. Caso não houvesse quem as reconhecesse (e isso só foi possível porque os primeiros habitantes do Éden mantinham uma interlocução com a Divindade), passariam automaticamente a não existir. O primata das cavernas se utilizava de sinais icônicos para expressar, na superfície das rochas, seu conceber em relação aos acontecimentos que o amedrontavam, angustiavam-no, satisfaziam-no. É evidente, que nosso ancestral, paralelamente à destreza com a pintura, desenvolveu gestos e gritos capazes de anunciá-lo perante outros animais e, principalmente, diante de sua espécie. O desenvolvimento do cérebro, apontado como o fator desencadeador da evolução humana, não teria cumprido com tal atribuição se a linguagem não tivesse acompanhado a transformação desse órgão.

Dos primeiros hominídeos até a consolidação das grandes civilizações, a faculdade de exprimir, compartilhar e difundir representações instintivas ou sentimentos apresentou-se como elemento crucial para sobrevivência do espécime humano e sua posterior progressão social. As tribos pré-históricas promoveram, de forma mais intensa, a continuação dos descendentes quando passaram a adotar um modo de vida pautado na fixação dos grupos em regiões propícias à subsistência, ou seja, tornaram-se sedentárias. Essa mudança, evidentemente, não fora ocasionada repentinamente, de um

dia para o outro. É efeito de uma lenta e profunda alteração na forma de perceber o mundo. A domesticação de animais, a aragem da terra, a divisão das tarefas representam bem mais do que condutas condicionadas por um novo sistema de organização social. Traduzem, sem dúvida nenhuma, as expectativas de um novo homem em meio a um vasto mundo de linguagens. A *pólis* grega e a venerada democracia ateniense, vislumbradas sob o prisma da evolução política e econômica da cultura helenística, deveriam ser, antes, reverenciadas pelo aparato conceitual que fora imperativamente imposto ao povo através de um arcabouço sógnico engendrado pela oligarquia aristocrática e que só por meio dele permaneceu atuante. A conturbada sociedade globalizada dos tempos hodiernos, clivada pelos ditames da modernidade e partidária de um neogocentrismo que enclausura o indivíduo, presencia formas outras de comunicação, as quais distorcem as relações preestabelecidas e, contraditoriamente, arremessa o homem num processo de total negação de sua identidade.

Norteados pela profusão de linguagens, o sujeito toma conhecimento de um vasto mundo localizado “lá fora”, uma realidade subjacente que lhe é ofertada pela interação com os outros. Grande parte das experiências que sente e formula erguem-se sobre o alicerce de sua faculdade comunicativa. São filtradas através dela, revestidas e delineadas por ela e propagadas por meio dela. Prescrito pelo destino, o espírito humano está fadado a curvar-se diante da proeminência da linguagem. Ela é a instituição-base de toda sociedade, sobrepujando, de maneira incisiva, todas as outras. Por mais que detenham uma autonomia legal, endossada pelos valores históricos e culturais de seus membros, as demais esferas institucionais, sejam quais forem suas características e propósitos, fundam-se nos padrões de controle que tangenciam sub-repticiamente a estrutura languageira. O Estado, a Igreja, as organizações econômicas, o sistema educacional, apesar de possuírem regulamentos próprios, subsistentes ao seu funcionamento e evolução, revelam-se dependentes de uma indumentária ideológica de classificações, conceitos e diretrizes, essenciais ao modelamento dos dogmas morais do indivíduo. Tais imperativos, bosquejados pelas insígnias da expressão humana, tornam-se o mais poderoso e eficaz instrumento de controle da sociedade sobre todos nós. Eis a posição de Berger e Berger sobre o assunto:

É ela [a linguagem] que proporciona o contexto vitalício das experiências dos outros, do próprio indivíduo, do mundo. Diremos mesmo que muito provavelmente a linguagem é a instituição fundamental da sociedade. É a primeira com que se defronta o indivíduo. (2008. p.169)

O processo de intervenção por meio do qual o homem desenvolve-se e expande-se a fim de pertencer a um mundo que está ao seu alcance, designamos, em sentido amplo, de enunciação. Sob esse ponto de vista, o ato de enunciar, isto é, manifestar-se expressivamente diante de si mesmo e do outro, sejam quais forem os sistemas semióticos mobilizados, constitui parte indispensável do mecanismo de humanização integral do indivíduo, contribuindo para a plena realização de seu potencial socializador. Quando enunciamos, assumimos posições perante o grupo, declaramos nossas intenções, ocultamos ou desvelamos nossos medos e sentimentos, em suma, construímos nossa subjetividade e, ao mesmo tempo, (re)conceptualizamos os elementos que, de alguma forma, penetram em nossa zona de conhecimento. Corresponde a um rito de iniciação num macrocosmo social em suas várias formas de interação e nos seus numerosos significados. O progresso das ações humanas depende, sobremaneira, da aquisição de um poderoso arsenal enunciativo. No limiar de nossa existência, invadimos uma realidade ilusoriamente objetiva, sem darmos conta dos elementos que a habitam ou dos princípios que asseguram seu surgimento. Somos

introduzidos numa área alheia e tomamos posse desse minúsculo território como se fôssemos os proprietários legítimos. Os pais nos apresentam um universo misterioso e ofensivamente sedutor. No curso de nossa evolução, esse mundo abstrato torna-se inteligível, conseguimos abarcá-lo e adquirimos a capacidade de modificá-lo por meio do revestimento simbólico de nossa percepção. O homem que reside num mundo, passa, então, a ser o próprio mundo.

O veículo primordial da enunciação, especialmente sob as facetas da materialização do pensamento, da reflexão, do plausível e do contraditório, só pode ser a linguagem. Ao deixar-se escravizar por ela, o sujeito aprende a formular, transmitir e reter um número infinito de significados socialmente reconhecidos, individualmente selecionados e historicamente oportunos. Obtém, ainda, a capacidade de libertar-se dos grilhões da objetividade, percorrendo caminhos além da situação imediata com que se defronta. Em torno do eixo enunciação-linguagem, o indivíduo abastece sua flexibilidade. Essa característica, gerenciada pela permanência e descontinuidade das categorias espaciais e temporais, define as contingências da racionalidade e espiritualidade humana. O passado integra uma versão mais coerente e cada vez mais ampla da realidade. O presente é continuamente reinterpretado segundo as experiências recuperadas do outrora. Por fim, o futuro se apresenta enquanto possibilidade, tanto de ser imaginado, ritualizado ou efetivamente planejado. De acordo com essa diagramação, o pensamento analítico advém do conceber dinâmico do homem que vivencia e decodifica os inúmeros lugares que ocupa, traduzindo, concomitantemente, as grandezas crônicas que significativamente os perpassam. É através dessa capacidade que o ser toma consciência de si mesmo como uma individualidade, na acepção psicológica do termo reflexão, isto é, do fenômeno por meio do qual a compreensão de si retorna do mundo exterior para incidir sobre ela própria.

Parece-nos condizente, nesse momento, fazermos uso de uma interrogação simples, porém relevante: quais mecanismos estão envolvidos no processo de enunciação? Se o pensarmos, grosso modo, como um gigantesco maquinário, poderemos inferir que uma roldana fundamental para o funcionamento eficaz desse fantástico equipamento consiste na interação e identificação com os outros. Galga-se um degrau insofismável e decisivo no momento em que o ser começa a confrontar-se diante das atitudes alheias, tomando-as para si, num movimento de recusa ou assimilação. Isso significa que o homem não só aprende a reconhecer certo comportamento em outra pessoa e a entender um dos seus prováveis sentidos, mas também compreende que pode arrebatá-lo para si mesmo. Um exemplo pode aclarar o fato. Imaginemos um professor que repreende o aluno ao constatar que este tenta angariar as respostas de uma prova de forma desonesta, burlando, desse modo, as normas do estabelecimento de ensino. O severo docente, ao flagrar o delito, é acometido por uma atitude de cólera. Evidentemente, a ira do professor vem acompanhada de gestos e palavras que, associadas à peculiaridade do evento, dão um significado perfeitamente definido à conduta do mestre, qual seja o de que não é correto usar de subterfúgios para conseguir uma nota satisfatória. De início, o aprendiz, dadas as suas características psicoindividuais, absorverá as exteriorizações dessa atitude, assim verbais e não verbais, e terá subsídios tanto para reconhecer tal conduta, caso se manifeste em outra ocasião, como para diferenciá-la de outro comportamento que envolva a mesma configuração emocional.

Essa faceta do acontecimento enunciativo deixa visível uma problemática ainda mais complexa: a transferência de papéis. A pertença a um grupo qualquer exige dos que almejam essa colocação uma disposição para a imitação e reelaboração de arquétipos sociais (parâmetros, moralmente contornados, que se caracterizam como

verdadeiros códigos de acesso). O que a sociedade transmite aos seus “filhos” não é apenas uma repetição involuntária de atitudes, mas sim um sistema de aceitação comportamental, condizente com as oscilações próprias do *self* circundante. Nessa perspectiva, é muito fácil dizer e, até certo ponto não deixa de ser correto, que a enunciação é um mecanismo de configuração e moldagem. A definição do *eu* se dá mediante o relacionamento com outrem. No entanto, é importante que não se veja nisso um processo unilateral e retalhador. O sujeito não é uma vítima passiva, um depositário de valores e conceitos. Ele resiste aos contatos, deles participa e neles colabora de forma variada. Podemos continuar afirmando que a ação enunciativa configura a individualidade, porém precisamos situar tal axioma dentro de uma pequena ressalva. Nenhum órgão repressor, detentor das mais eficazes armas de controle, pode moldá-la em toda a sua extensão. Sempre restará, no homem, algo de espontâneo e incontrolável que, vez por outra, irrompe de forma imprevisível. E é essa pequena fração da essência humana que nos fornece matéria à crítica e à reflexão, alimentando as contradições e os conflitos próprios da dialética social. Talvez, esteja aí, na tenra possibilidade do homem de determinar-se a si mesmo, em proporções mínimas, mas não nulas, o elixir que retarda a coisificação do ser pelo ser. Recuperemos uma passagem da obra *Aut-Aut*, do filósofo Kierkegaard:

O indivíduo escolhe a si mesmo como uma construção multiplamente determinada e, portanto, se escolhe segundo a sua continuidade. Essa construção é a realidade do indivíduo; mas, por escolhê-la segundo a sua liberdade, pode também dizer que é a sua possibilidade ou, para não usar uma expressão tão estética, que é a sua tarefa (2005, p.384)

Søren Kierkegaard, estudioso dinamarquês, tinha razão ao profetizar, na primeira metade do século XIX, a complexidade do indivíduo. Contrariando a filosofia de Hegel que prescrevia um ser cujo valor era determinado em função do Estado, um mero componente da espécie, o teólogo de Copenhague deu vida a um sujeito, ainda que perpassado pelos arcos sociais, detentor de uma singularidade. Ele não se reduz a uma parte de um todo. Apresenta-se como a síntese desse todo. Acreditava na existência de um homem irreduzível a qualquer modelo e contestador diligente do sistema. Possuindo uma possibilidade de escolha, consegue exprimir sua soberania sobre si mesmo, à qual nunca renunciará, mesmo que não encontre uma satisfação plena na condição de rei sem reinado. Cômico dessa experiência, o indivíduo adentra num estado permanente de angústia que o impulsiona a debruçar-se sobre o seu próprio âmago, numa tentativa de redescobri-lo. A ansiedade, nesse caso, não se refere à inquietude decorrente de um medo externo, mas consiste num sentimento voltado para o interior, ou seja, um tormento que ele mesmo produz. É uma sensação psicológica de carência e incompletude que o obriga a mover-se, a acomodar-se e a buscar o desconhecido. Esse processo o distingue dos demais animais e entes sobrenaturais.

Posto que é um amálgama, nem parte nem todo, o homem é originariamente propenso à instabilidade, à inconstância, ao desequilíbrio. Tais funções constituem uma via mestra em direção à singularidade de sua essência. Produz, ao mesmo tempo, uma paralisia e um sofrimento superiores a qualquer perturbação real. A aventura pelos domínios da aflição interior mergulha o ser nas camadas mais profundas da consciência, dando-lhes plenas condições de examinar as infinitas possibilidades, positivas ou insatisfatórias, de sua dolorosa existência. Quanto mais profunda for a dor, maior é a compreensão acerca da realidade. É a dor que o instiga à vida enquanto projeto particular, calcado na ética e, por conseguinte, esboçado segundo as diretrizes do sistema. Aí, reside o conflito que dá sentido à presença de qualquer indivíduo no

mundo: o poder de escolha que o particulariza é o mesmo que lhe impõe a disciplina necessária à convivência social. Dito de outra maneira, o homem é o responsável direto por submeter a si próprio as regras que o sufocam. Ao tornar-se um ente regido pela ética, porta-se fiel às leis, resiste aos desvios de conduta, respeita os compromissos familiares, econômicos e políticos. Isso dá ao indivíduo uma segurança que falta absolutamente a quem vive apenas o belo e o harmônico. Quem opta por percorrer esse itinerário estético, procura tanto quanto possível se perder no estado de espírito, despedaçando a vida em uma série de sensações. Estas visam unicamente à maximização do prazer. Impregnado por elas, o homem torna-se refém do momento presente, desenvolvendo-se numa atmosfera primitiva, desprovido dos princípios ideais da conduta humana.

Orientando-se segundo o princípio do *aut-aut* (ou um ou outro), Kierkegaard mostrou-se indiferente à interconexão entre os microcosmos constitutivos da sociedade. Em seus estudos apregoou a subsistência de três diferentes modos de conceber e vivenciar a existência: o estético, o ético e o religioso. Acreditava que, entre eles, nenhuma conciliação é possível e tampouco uma comunicação ou fusão pode ocorrer. Provém dessa visão isolacionista uma das incisivas críticas aos seus trabalhos. Apesar de ter entrevisto a natureza heterogênea do corpo social, concebeu-o como um organismo formado por órgãos solitários e independentes. Deslocar-se de uma esfera para outra impunha ao indivíduo uma transformação total e radical. Não havia a possibilidade de reunir atribuições, isto é, submeter-se ao credo religioso e situar-se no plano governado pela ética. Optava-se por um ou outro. É patente o desconhecimento acerca do caráter mutualístico dos estratos institucionais. Sabemos, a título de ilustração, que muitos dos preceitos morais impostos ao indivíduo são oriundos do posicionamento repressor das entidades religiosas. Quando a lei prescreve que é crime privar alguém de sua existência, está recuperando a doutrina bíblica segundo a qual Deus é o senhor da vida. Só Ele pode extraí-la. De modo análogo, os dogmas procedentes de uma ordem monástica se efetivam mediante o estatuto moral, a retenção de bens e o nível instrucional dos seguidores. A especificidade do ser humano não se dissipa no momento que este inicia sua participação nos círculos coletivamente organizados. As contradições que essas organizações encerram são responsáveis por incutirem nele o desejo de mudança. Aquilo que o torna único é o que faz, por outro lado, tornar-se muitos.

Insurgir-se contra as incongruências do meio é fator determinante para a construção de uma individualidade que se renova a cada relação estabelecida. Operamos modificações no mundo ao nos posicionarmos enunciativamente diante dele. Enunciar é engendrar vínculos de reciprocidade conosco, com os diferentes e com o universo visto que afeta desde o ser individualizado, externamente socializado, aos entes coletivos, internamente socializantes. Nesse duelo de alteridades, o *eu* e o *tu* são necessariamente cúmplices num jogo de xadrez onde o deslocamento de uma peça, de qualquer uma das extremidades do tabuleiro, conduz ambos os adversários ao tão aguardado xeque-mate. Esse sistema de trocas corresponde, em última instância, à capacidade do homem de produzir uma ação individual e independente sobre o mundo e os que nele habitam, gesto que excede o perímetro da unicidade e ganha proporções maiores ao relacionar-se com sistemas amplos de significados e valores que se estendem muito além da sua funcionalidade aparente. A voz que diz *eu* representa o testemunho espontâneo e ininterrupto da individualidade que ocupa o recôndito de todo nós. Em posição não análoga, muito menos oposta, mas contraditoriamente complementar, a voz que se identifica como *tu* representa a faceta da individualidade que foi configurada ou

moldada pela sociedade. Para o infortúnio ou para a salvação de todos, a própria condição humana requer e mantém esse tipo de relacionamento numa base vitalícia.

Conclusão

Enunciar é perder-se na consciência de si, buscando tomar para si a consciência do outro. Isso nos conduz ao pensamento segundo o qual os discursos não são todos conscientes ou, melhor, não podem ser todos conscientes. Há aqueles, circulantes nos órgãos institucionais e, logo, racionalizados por ideologias específicas, advindas do local onde se originam ou onde fincam suas raízes, que adestram as vozes sociais, impondo aos homens determinados comportamentos, limites, em suma, experiências semióticas. Em nossa sociedade, por exemplo, dissemina-se o imaginário de uma nação detentora de leis frágeis e inconsistentes. Outras formações sociolinguageiras percorrem os grupos de maneira tácita, por vezes inconscientes, sendo apreendidas nos julgamentos veiculados nas enunciações espontâneas, impostas, cotidianas e formais. Nenhum sujeito, inserido num campo enunciativo, exime-se do ato de julgar. Essa prática está diretamente associada ao processo de concepção. Interagimos porque concebemos o mundo e os seres que nele se fazem presentes. E, ao revestirmos os elementos com dados conceitos, estamos concretizando-os ou abstraíndo-os segundo avaliações inerentemente subjetivas. Aquele que enuncia o faz na medida em que consegue construir, por meio de grandezas signo-conceituais, a si mesmo, o outro e o mundo. Infinitos julgamentos, de natureza ética, estética, econômica, cultural, encontram-se de tal modo inconscientemente assimilados pelos partícipes de uma sociedade que funcionam de modo quase natural, como uma evidência partilhada por todos. Evidência socialmente velada, sintomaticamente em atividade e conscientemente ausente.

Dado que o homem se constitui pelas e nas relações, a propagação de sua consciência ocorre apenas no nível comunicativamente dialógico. O termo *propagação* significa, nesse universo, expandir-se, fundir-se, misturar-se. Qualquer gesto em considerar o vocábulo numa acepção que recupere o significado de extinguir, dissipar poderá implicar um apagamento do sujeito. Não existem entes sem consciência. Tal evento contraria logicamente a natureza humana e social. É preciso notar que a história social e suas implicações submergem o homem em contradições e conflitos, concedendo-lhe uma compreensão, ao mesmo tempo, expansiva e limitada sobre o seu estar no mundo. As incertezas e dubiedades, transladadas para e pela comunicação ativa por locutores dinâmicos, atingem todos os estados do processo de alteridade. Opera-se, então, a grande contradição entre o “real” interesse do eu, as conveniências do outro e os objetivos do corpo social. Como resultado, temos deslocamentos de consciências que, por sua vez, produzem realidades permeáveis ou intransponíveis, claras ou ocultas. Essas realidades podem consubstanciar uma consciência crítica, ascender a um imaginário coletivo ou simplesmente produzir “falsas” consciências. É nesse esquema de alteração intersubjetiva que os sujeitos não cessam de produzir, de reinterpretar, de questionar ou de assimilar discursos. E, uma vez instaurados nesse jogo, esses sujeitos não podem se furtar a essencializar os significados que ecoam de suas formações discursivas, pois estas só valem por sua pretensão à universalidade

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Pontes, 1990.

- _____. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BERGER, Peter L., BERGER, Brigitte. Socialização: Como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- CONDILAC, Étienne. Tratado das Sensações. In: NICOLA, Ubaldo. **Antologia de Filosofia – Das origens à Idade Moderna**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Vozes, 2003.
- _____. **Fé e Saber**. São Paulo: Hedra, 2001.
- KIERKEGAARD, Søren. Aut-Aut. In: NICOLA, Ubaldo. **Antologia de Filosofia – Das origens à Idade Moderna**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- _____. **O Conceito de Angústia**. São Paulo: Vozes, 2011.
- _____. **O Desespero Humano**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. **Ou Bien... Ou Bien...** Paris: Gallimard, 1984.
- LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação. In: NICOLA, Ubaldo. **Antologia de Filosofia – Das origens à Idade Moderna**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- _____. **A Arte de ter razão**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WHITE, Leslie. **O conceito de sistemas culturais. Como compreender tribos e nações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

*RECEBIDO EM 26/01/2012 e
APROVADO EM 10/08/2012*